



O senador Fernando Henrique Cardoso considera um retrocesso o adiamento que Genebaldo Correia quer propor através de emenda

Eleições municipais de 1988 enfrentam risco de adiamento

Marcondes Sampaio

A protelação nos trabalhos da Constituinte tende não apenas a favorecer a aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas a perturbar todo o processo de transição democrática, com o cancelamento, inclusive, das eleições municipais do próximo ano. Esse o temor que começa a ser manifestado por parlamentares de todos os partidos, a começar do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que vê no comportamento de algumas forças que atuam na Constituinte, sintomas de que «o antigo regime está ressurgindo, com a volta da mentalidade antidemocrática».

Ao falar da preocupação de adiamento das eleições municipais, Fernando Henrique Cardoso salientou que «isso representaria um desastre para o PMDB» e admitiu

que dentro do seu próprio partido há defensores do adiamento do pleito. Essa hipótese, segundo vários parlamentares, é muito viável se a eleição do Presidente da República for marcada para 1989, isso porque ao PMDB e ao PFL não interessaria participar de uma disputa isolada. É frequente ouvir-se o argumento de que uma eleição presidencial simultânea com a municipal tem a desvantagem de apear o nível da campanha, com a inclusão de querelas municipais, mas, na visão pragmática dos partidos, o que conta são as chances de vitória.

O PMDB, principalmente, teria chances bem maiores de eleger o sucessor do presidente Sarney numa eleição simultânea, porque nesse caso pesaria a influência da estrutura municipal e estadual do partido. Por esse raciocínio, aceito à esquerda e à direita, as chances

numa eleição «solteira» seriam bem maiores para o ex-governador Leonel Brizola, cujo partido, o PDT, tem bases inexpressivas na maioria dos estados, dependendo mais do carisma do líder.

Colocado diante de tal raciocínio, o senador Fernando Henrique Cardoso afirma não aceitar o ressurgimento da visão «casuística» que caracterizou o processo político durante os governos militares. Embora proclame resistir a essa tendência, o líder peemedebista reconhece que ela, existe dentro do seu partido, principalmente da parte de muitos prefeitos e dos constituintes comprometidos com as práticas do passado. Ao reconhecimento, Fernando Henrique Cardoso acrescenta a advertência de que «nenhum processo de democratização pode avançar e ser levado a bom termo se marcado pelo imediatismo e pelo casuismo».

Prefeitos virão a Brasília em janeiro

Entre os que temem o adiamento da eleição municipal, o deputado peemedebista Jorge Hage, do «Movimento de Unidade Progressista», diz estar informado de que, logo que seja iniciada a votação da nova Carta em plenário, prefeitos e vereadores de todo o País começarão a deslocar-se em grandes grupos, para Brasília, a fim de pressionar os constituintes no sentido da aprovação da transferência do pleito para 1989.

Hage, que é ex-prefeito de Salvador, entende que o retardamento nos trabalhos da Constituinte pode servir de pretexto para os adeptos do adiamento, mas, ao mesmo tempo, considera difícil para os peemedebistas assumir a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, porque, durante os governos militares, o partido sempre condenou, com veemência a ampliação de mandatos.

Esse argumento do deputado baiano, contudo, perde um pouco de consistência levando-se em conta que a direção nacional do PMDB acaba de aprovar (semana passada), a prorrogação dos mandatos dos dirigentes partidários, em todos os níveis. Tal decisão gerou a suspeita, entre alguns parlamentares, como o presidente do PMDB do Paraná, Maurício Fruet, de que ela faz parte exatamente de um conjunto de providências relacionadas à hipótese de adiamento da eleição do próximo ano.

Reação

Ainda nessa linha de incoerência com as posições do passado, cabe registrar que até aqui apenas um deputado do PMDB — o presidente do diretório regional da Bahia, Genebaldo Correia — manifestou publicamente a intenção de apresentar emenda de adiamento do pleito.

É verdade que dentro do próprio partido também existe um forte núcleo de resistência à idéia. O deputado maranhense Haroldo Sabóia, outro integrante do Movimento de Unidade Progressista, prevê uma grande reação a qualquer proposta que for apresentada.

O senador Mário Maia, do PDT, secretário da Mesa da Constituinte, tem opinião semelhante a de Haroldo Sabóia, observando que «esse propósito está implícito no desempenho do «Centrão» e é visível na ação de algumas figuras que, de forma pessedista, estão deixando as coisas correrem frouxas».

O vice-líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira, afirma que nota «alguma coisa no ar, um movimento pelo adiamento», mas considera improvável que ele tenha êxito.

Apesar dessa declaração do deputado pernambucano, pelo menos uma fonte ligada à direção do partido demonstrou que o PFL também teria interesse no adiamento do pleito, se a eleição presidencial ficasse para 1989: O PFL também preferiria a coincidência de eleições, considerando que desta maneira seria mais fácil eleger, senão o Presidente da República, ao menos um número expressivo de prefeitos e vereadores nos maiores centros urbanos do País. (M.S.)